

NENINHO DE OBALUAÊ – O INTELLECTUAL INSURGENTE DO SUBTERRÂNEO TROPICAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS

Fernanda Barros dos Santos¹

Caroline Amanda Lopes Borges²

Resumo: Este artigo objetiva investigar aspectos da trajetória do intelectual José Augusto Gonçalves da Silva (Neninhode Obaluaê). Esse foi preso político no período da ditadura (1964-1985) e coordenador do primeiro Centro de Lutas do Movimento Negro Unificado intra-cárcere, bem como vislumbra descortinar a heterogeneidade dos movimentos sociais negros. Neste sentido, o artigo visa alinhar a narrativa testemunhal, impressa na obra “Beco Sem Saída” (1999) e apresentar diferentes organizações negras para promoção da agenda do grupo. Cabe salientar que a metodologia foi adotada recai sobre a análise discursiva das entrevistas e depoimentos, bem como a revisão de literatura sobre o assunto em tela.

Palavras-chave: Neninho de Obaluaê; MNU; movimentos negros.

NENINHO DE OBALUAÊ – THE INSURGENT INTELLECTUAL OF THE TROPICAL UNDERGROUND AND THE BLACK SOCIAL MOVEMENTS

Abstract: This article intends to investigate aspects of the trajectory of the intellectual José Augusto Gonçalves da Silva (Neninho de Obaluaê). He was a political prisoner in the period of dictatorship (1964-1985) and coordinator of the first Center of Struggle of the Unified Black Movement within the prison, as well as glimpses the heterogeneity of black social movements. In this sense, the article aims to align the testimonial narrative, printed in the work "Alley Without Exit" (1999) and present different black organizations to promote the group. It should be noted that the methodology was adopted on the discursive analysis of the interviews and testimonies, as well as the literature review on the subject.

Keywords: Obaluaê's baby; MNU; black movements.

NENINHO DE OBALUAÊ – L'INTELLECTUEL INSURGÉ DU SOUS-SOL TROPICAL ET LES MOUVEMENTS SOCIAUX NOIRS

Résumé: Cet article vise à étudier les aspects de la trajectoire de l'intellectuel José Augusto Gonçalves da Silva (Neninho de Obaluaê). Il était un prisonnier politique dans la période de la dictature (1964-1985) et coordinateur du premier centre de lutte du mouvement noir unifié dans la prison, aussi bien qu'entrevoit l'hétérogénéité des mouvements sociaux noirs. En ce sens, l'article vise à aligner le récit de témoignage, imprimé dans l'œuvre "Alley Without Exit" (1999) et présenter différentes organisations noires pour promouvoir le groupe. Il convient de noter que la méthodologie a été adoptée sur l'analyse discursive des entretiens et des témoignages, ainsi que sur la revue de la littérature sur le sujet.

Mots-clés: Neninho de Obaluaê; MNU; mouvements noirs.

¹ Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e graduanda em Direito pela Universidade Candido Mendes (UCAM).

NENINHO DE OBALUAÊ – EL INTELLECTUAL INSURGENTE DEL SUBTERRÁNEO TROPICAL Y LOS MOVIMIENTOS SOCIALES NEGROS

Resumen: Este artículo objetiva investigar aspectos de la trayectoria del intelectual José Augusto Gonçalves da Silva (Neninho de Obaluaê). Este fue preso político en el período de la dictadura (1964-1985) y coordinador del primer Centro de Luchas del Movimiento Negro Unificado intra-cárcel, así como vislumbra descortinar la heterogeneidad de los movimientos sociales negros. En este sentido, el artículo pretende alinear la narrativa testimonial, impresa en la obra "Beco sin salida" (1999) y presentar diferentes organizaciones negras para la promoción de la agenda del grupo. Cabe señalar que la metodología fue adoptada recae sobre el análisis discursivo de las entrevistas y testimonios, así como la revisión de literatura sobre el tema en pantalla.

Palabras clave: Neninho de Obaluaê; MNU; movimientos negros.

*Eu vivo no fundo dos mares mais frios
E subo de vez em quando cuspiendo fogo
Lutar é ir bem longe
Vencer é não se importar aonde tiver que ir*

Por George Jackson, 1969

Haja vista atuação da militância negra em diferentes momentos da história brasileira, este artigo visa imergir sobre a memória de um dos ícones da mobilização negra: Neninho de Obaluaê³. A sua trajetória peculiar descrita neste estudo cruza dados do passado que atravessam a memória social de seu tempo e alude à realidade atual do encarceramento em massa.

Outrossim, ao iluminar acontecimentos da década de 1960 e 1970, enquadra a rigidez com que a população negra sucumbiu e, concomitantemente, resistiu aos porões da ditadura militar (1964-1985) no Brasil. Neste sentido, ao revisitar as narrativas e descortinar a partir da breve biografia de Neninho de Obaluaê, podemos entrever aspectos basilares do aprisionamento daqueles considerados “elementos subversivos”. Os impreteridos na ordem social, os negros, pobres, homossexuais, trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros. Neste enredo, a literatura relacionada ao tema desponta de forma inédita na seara de descobertas pouco experimentada por intelectuais de diferentes áreas.

³ José Augusto Gonçalves da Silva, Neninho de Obaluaê, nasceu no dia 21 de setembro de 1948, às 6:00 da manhã na Santa Casa de Santos, em São Paulo. Atualmente reside no bairro do Tatuapé São Paulo, SP.



Cabe salientar que a pertinência da rememoração da biografia de Neninho de Obaluaê recai sobre este cenário, onde os eixos se entrelaçam e vislumbram novas formas de organização social e resistência à opressão perpetrada pelos agentes estatais. Paralelamente, projeta o legado da relação entre Estado e movimentos sociais nos dias atuais. Ou seja, o imperativo do Estado de exceção como resposta à ausência de políticas públicas e por substituição aos direitos substanciais.

Sob a rubrica da violência se estabelecem meios de socialização com teor genérico, cujo terror e a mortandade assumem a regularidade do mando e comando aplicado ao povo negro. Em prolongamento, realça os seminários, conferências, reuniões, publicações jornalísticas e a antifonia da diáspora africana. Sob verniz da mediação dos intelectuais negros diaspóricos, o estudo converge para proposição de subsídios profícuos que corroboram à compreensão e amplitude dos fatos sociais daquele período e na atualidade. De todo modo, estes formatos organizacionais dinamizaram a sustentabilidade dos movimentos negros em meio as ferramentas repressivas do Estado. Sendo assim, os episódios descritos abaixo marcam as estratégias dicotômicas traçadas pela militância negra à sobrevivência deste nebuloso período brasileiro.

Em linhas gerais, a pesquisa esmiúça fatos jornalísticos e desmembra axiomas da sociedade que ainda governam as relações sociais entre negros e brancos. Subjacente a assimetria racial, podemos identificar questões como: patriarcalismo, cidadania, instituições políticas e outros elementos de pertença a sociedade. Em última análise, confronta o âmago da militância que acontece dentro e fora dos quadros universitários. “quando se vai preso assim como quando se morre, no início você é visitado quase todos os dias, porém, com o passar do tempo, as visitas vão rareando e você caindo no esquecimento” (Obaluaê, Neninho, 1999, p.81).

Era o segundo semestre de 2012 e já contabilizávamos três centenas de mortos, vítimas da letalidade policial, sob a alegação de combate às facções criminosas, só no estado de São Paulo. Reunidos como membros do Comitê Contra o Genocídio, em uma sala localizada na Rua da Abolição, no bairro da Bela Vista, certa vez ouvimos de um mais velho: “É necessário retornar ao trabalho nas cadeias com seus familiares, como fizemos em 70, nos tempos do Centro de Lutas Netos de Zumbi lá no Carandiru”. Guardei aquela fala no coração e nunca mais esqueci.



Dentre as atrocidades cometidas pela humanidade relativas aos direitos humanos, um episódio em janeiro de 2017 no Brasil, realçou a barbárie em uma rebelião no Rio Grande do Norte. Esta durou 14 horas e mais de 26 homens foram brutalmente assassinados, os quais com total omissão do Estado e transmissão em tempo real pelas emissoras de canal aberto e fechado. A maioria dos que apareciam na tela eram negros, afro-indígenas coerente com o perfil demográfico do Rio Grande do Norte. Neste sentido, as indagações residiram em: o que é possível fazer, a quem recorrer? E quanto aos órgãos de direitos humanos e onde estava o movimento negro que atuou junto aos presidiários durante a ditadura militar no maior complexo penitenciário do Brasil durante décadas?

Nesses meandros, disposta a perscrutar a história fiz uma visita na manhã de domingo nos escombros da Casa de Detenção já demolida. À vista disso, busquei Neninho de Obaluaê, intelectual insurgente autor da obra “Beco Sem Saída Eu Vivi no Carandiru”⁴, publicada em 1999. Esta obra se apresenta como referência capital da Literatura de Cárcere e se impõe como narrativa testemunhal de um intelectual negro, cuja agência apresenta as suas experiências intra cárcere, relativas ao período de 14anos, tempo em que esteve nas penitenciárias de segurança máxima, incluindo o Carandiru.

Nesses meandros, a premissa que norteia esta pesquisa se ancora na existência de uma rede transnacional de repressão, nomeada “práticas de zoneamento” (Mbembe, 2014, p.17). Essa abordagem busca conferir visibilidade ao transcorrer histórico da presença da Diáspora africana nas Américas e sobre o recurso sistemático de contenção em contexto de regimes ditatoriais, através das prisões em massa, quase sempre acompanhadas de “estratégias subterrâneas de recodificação e transcodificação” por parte de seus alvos (Hall, 2003. p.343). Neste caso, a proposta recai sobre a postura questionadora do “regime de verdade” (Foucault, 1979). Fato este explorado neste trabalho, na pulsante escrita do intelectual insurgente Neninho de Obaluaê.

Neste caso, se faz necessário invocar a memória para remontar o contexto de repressão e violência que se configurava naquela época entre as décadas de 70 e 80 em escala global e local, emergia evidências oficiais de aprisionamentos, desaparecimentos e assassinatos, ocasionados por investidas dos mecanismos dos regimes de ditaduras

⁴“Beco Sem Saída Eu Vivi no Carandiru”, OBALUAIÊ, Neninho, Rosa dos Tempos, 1999, São Paulo.



pelo mundo. Fato era que se tornavam públicas à medida que as principais lideranças daquele período vinculadas aos grupos engajados na luta antirracista eram vítimas e alvos explícitos dos regimes de Estado em vigência. A exemplo da África do Sul, cenário do *apartheid* racial onde o líder negro Steve Biko (1946-1977) havia sido preso no ano de 1977. E, posteriormente, assassinado, em setembro do mesmo ano, com apenas 30 anos de idade. O jornal americano *The New York Times* se referiu a ele como “provavelmente o jovem líder negro mais influente da África do Sul”. Nos Estados Unidos da América, Assata Shakurse tornava foragida e exilada. E, mais adiante, dois anos depois em 1979 quando tornou se a primeira mulher caçada como terrorista pelo FBI.

Em perspectiva comparada, no Brasil foram listados oficialmente os principais militantes negros entre os mortos e desaparecidos à sombra das fronteiras do estado de São Paulo, desses figuram 41 nomes - esse levantamento foi feito pela CEV (Comissão Especial da Verdade) “Rubens Paiva” no Dossiê da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (2007)⁵. Kossling (2007) aponta para as manifestações organizadas e individuais antirracistas, incluindo as de naturezas distintas, em situação permanente de vigilância do DEOPS. Com destaque para aquelas que apresentavam tendências à entidades subversivas, vejamos:

Os movimentos negros ao questionarem, como tantos outros movimentos sociais da época, a opressão e o autoritarismo, também entravam para o rol das entidades “subversivas”, segundo as instituições repressoras do regime. A participação e o diálogo dos movimentos negros com a oposição e a resistência, por exemplo, a proposta de aliança do MNU [Movimento Negro Unificado] aos “setores progressistas” do país, conforme expressão utilizada no III Congresso Nacional do referido movimento [em 1982], posicionando se de forma contrária à política social, econômica e repressiva do regime militar. Estas posições levaram a comunidade de informações e segurança a ter maior desconfiança para com a mobilização afrodescendente, classificando-a de “subversiva”. (Kossling, 2007,p.38)

No ano de 1979, o jornal da imprensa alternativa “O Pasquim”⁶, no Rio de Janeiro, publicou uma nota que versava sobre a reprovação da censura federal em

⁵ http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguiçao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf.

⁶ “O Pasquim” foi um semanário alternativo brasileiro, de característica paradoxal, editado entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991.



relação à entrevista cedida pela antropóloga Angela Gilliam, afro-estadunidense, professora da Universidade de Nova York e ativista da causa antirracista. A professora veio ao país, alegando recursos próprios, com intuito de denunciar o racismo no Brasil. Ela experimentou viver em território nacional por alguns anos, apontando a democracia racial como mito, ideário defendido e difundido pelos militares como traço inalienável da sociedade brasileira. O país despontaria dentre todas as nações como “laboratório pacífico do amálgama racial”. Haja vista a confluência biológica e cultural entre tipos raciais distintos e o convívio social pleno tecido nas linhas de Gilberto Freyre (1900-1980) em “Casa-grande&Senzala” (1933). Tal ideologia permeia o cenário nacional e internacional desde a década de 1930.

Naquele período, a nota intitulada “O Problema do Pasquim Por Causa do Problema dos Negros” (1979) em destaque, era seguida do subtítulo que pareceu ter tido a intenção de resgatar o tom, no mínimo objetificador que dizia: “Por causa dessa linda mulata O Pasquim quase sifu”. Tratava se, de uma declaração da redação anunciando ter sofrido dura repressão da censura após ter entrevistado a antropóloga. Tamanho grau de truculência frente à publicação que os redatores qualificaram a experiência como a perseguição da censura da maneira mais “bronca e violenta por parte da ditadura” desde a sua fundação. E ainda concluíram que Angela Gilliam poderia ter sido presa, caso não tivessem tido o cuidado de publicar a matéria após sua partida do país.

No entanto, na entrevista “problema” que fora lamentada pelo redator Jaguar, referente a publicação (1973), o tema central versava sobre o registro das impressões da professora sobre as relações étnico-raciais no Brasil. Paralelamente, havia contado com a presença de mais dois entrevistados, os militantes do embrionário MNCDR (Movimento Negro Contra a Discriminação Racial): Milton Barbosa, estudante de economia na época, e José Augusto Gonçalves da Silva (Neninho de Obaluaê) - na ocasião tratado pelo nome Nelinho- cuja apresentação de sua ocupação se restringiu ao fato de também ser sambista.

Marcada por notória distinção, a entrevista de quatro páginas contou com depoimentos extensos da professora destacados em negrito. Importante ressaltar que, durante a entrevista a mesma fora vítima de manifestações sexistas e machistas. Além de racistas, travestidas pelo “bom humor” característico do jornal. O objetivo é resgatar um indício da baixa expectativa da redação em relação aos entrevistados. Além da



máxima objetificação que fora submetida à única mulher descrita no recinto, apresentada na primeira linha do anúncio como “mulata tamanho família”. Todavia, a despeito de ter sido objetificada desde o anúncio, suas reflexões se apresentaram com peso fidedigno das experiências e formulações narradas pelos próprios afro-brasileiros presentes. De modo que Neninho de Obaluaê teve seu codinome impresso de maneira equivocada e assim que mencionado- tempos depois da conversa que se estendeu entre os “acadêmicos”- foi anunciado pelo antropólogo Luiz Felipe Baêta Neves, entrevistador convidado, como: “sambista, paulista, preto e uma porção de coisas feias”.

Em seu texto “O dilema do intelectual Negro”, Cornel West (1985) fala para (e a partir de) a sociedade norte-americana, dirigindo-se aos intelectuais negros sobre a sub-representação, bem como a participação assimétrica nas publicações jornalísticas tanto de setores da imprensa progressista quanto dos setores conservadores. E alertou para o separatismo racial nesse espaço como reflexo do abismo entre intelectuais negros e brancos (WEST, 1985, p. 2).

Ainda, para elucidar de maneira pedagógica a circunstância de constante ataque e objetificação que fora submetida a antropóloga e ativista Angela Gilliam, buscaremos acolhimento nas palavras de Bell Hooks: “as intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita” (HOOKS, 95, p. 468).

Dessa forma, ficou evidente por parte da intelectualidade branca, representada pelos redatores e seu convidado, a desconfiança sobre as pessoas negras que se apresentavam como intelectuais. É possível cogitar que houve por parte dos intelectuais negros, a maioria desses membros das organizações progressistas ligadas à academia, hierarquias demarcadas em relação a audiência e a credibilidade depositada sobre aqueles ou aquelas que contribuía(m) como intelectuais. Principalmente, a partir de lugares intimamente endereçados à rotina da comunidade negra. A exemplo do intelectual Neninho de Obaluaê, que, distante do *mainstream* acadêmico, pouco ou nada pudera contar com seus pares para crítica de sua obra, uma vez que impera um profundo silêncio entre seus contemporâneos. Sobre isso o teórico norte-americano supra citado nos diz:



(...) há uma profunda desconfiança e uma suspeita da comunidade negra em relação aos intelectuais negros. Essa desconfiança e essa suspeita provêm não simplesmente de uma disposição arrogante e soberba dos intelectuais em relação às pessoas comuns, mas, mais importante, da recusa generalizada dos intelectuais negros em permanecer de alguma forma visíveis e originalmente ligados à vida cultural afro-americana”. (*ibidem*, p. 4)

O INTELLECTUAL DO POVO

Antes porém de investigar de que maneira Neninho de Obaluaê foi retratado pela imprensa alternativa do Rio de Janeiro, mais especificamente no jornal “O Pasquim” e, posteriormente, adentrar nas memórias de sua narrativa testemunhal, convém apresentar algumas notas biográficas desse importante intelectual insurgente, ou nos termos de Joel Rufino “intelectual do povo”⁷.

Confessadamente partidário do campo dos marginalizados, transitou sempre nos espaços sócio e racialmente apartados, becos, favelas, cadeias, terreiros, rodas de capoeira. Nem por isso se arrogou dar uma palavra derradeira sobre as questões e desafios que aqui serão tratadas. Apesar de transitar entre os acadêmicos, tendo sido companheiro de Hamilton Cardoso⁸, aprendiz do Prof. Eduardo de Oliveira⁹ e compadre de Thereza Santos¹⁰, sendo ela madrinha de seu segundo filho Kiluange (nome escolhido por ela), não escorou nos contatos e trocas para elucubrar sobre especialidades. Cabe explicitar que seus apontamentos versavam sobre as mazelas da gente negra e ao pensar o entendimento amplo do que fora cunhado genocídio contra o povo negro.

Dotado de agência e criatividade, fez do empirismo um filtro vivo e ativo, tal qual descrito por West, que passa pelo conceito gramsciano de intelectual orgânico e

⁷Por “trabalhador da cultura” ou “intelectual do povo” Joel Rufino dos Santos entende aquele intelectual que “busca fecundar a sua condição de porta-voz dos pobres com elementos da ordem moderna”. Cf. Santos, Joel Rufino dos. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*.

⁸ Hamilton Cardoso foi um dos mais talentosos representantes da geração de ativistas do movimento negro brasileiro dos anos 1970 e 1980. Ele esteve no centro de uma série de atividades que deram impulso à luta antirracista no Brasil, como parte do movimento pela redemocratização do país, durante a ditadura imposta pelo golpe militar de 31 de março de 1964.

⁹ Nascido em São Paulo em 1926, Eduardo de Oliveira foi professor, poeta e político. Ativista e defensor dos direitos humanos, ele foi o primeiro vereador negro da cidade de São Paulo, além de fundador e presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB).

¹⁰ Thereza Santos, teatróloga, professora, filósofa e militante negra. Feminista e integrante do partido comunista.



intelectual tradicional. Sendo o intelectual orgânico aquele comprometido com suas origens sociais, cujas formulações apontam para a prática e não estritamente para teoria, conforme atribuição dos intelectuais tradicionais. À esteira do mesmo, evocaremos para melhor compreensão dos sentidos dos conceitos em questão à intelectual Bell Hooks, que em seu artigo intitulado “Intelectuais Negras” (1995) aprofunda e aciona a coletânea de ensaios *The Significance of Theory*¹¹. No comparativo, Terry Eagleton discorre de maneira crítica sobre a diferença entre acadêmicos e intelectuais. Assim, podendo ser associado como um intelectual insurgente, Neninho de Obaluaê se apropriou da construção histórica de enfrentamento forjado no seio da luta dos grupos negros. Ademais, organizados, embora marginalizados, para assumir as inferências ideológicas, mas, sobretudo, testar na prática e na carne o corte das transgressões, podendo ser aproximado das definições de Hooks sobre intelectualidade.

Doutro modo, abriu mão do lugar de “pesquisador negro” para ocupar o lugar do intelectual indigente, ainda que insurgente, forjado em um ambiente hostil, tendo amargado uma quase-vida no cárcere, testemunhando a subtração do seu seio de convivência familiar, entre amigos e entes queridos em plena fase produtiva da vida. Enfim, diante da comunidade negra se consagrou seu próprio interlocutor. E por sua vez, porta-voz e ponte para o retorno e o progresso de um capítulo da história do movimento negro que ainda aguarda a visita de domingo.

No que tange à biografia, José Augusto Gonçalves da Silva, mais conhecido como Neninho de Obaluaê, nasceu em 1948, na cidade de Santos, no estado de São Paulo. Criado por uma família nordestina até os 12 anos quando, então, concluiu o curso primário e foi morar na região central da cidade de São Paulo com a sua mãe, para terminar os estudos.

Na juventude foi levado por um amigo cujo apelido era Zé Neguinho para conhecer o Cordão Fio de Ouro no bairro da Bela Vista, também conhecido como Bexiga, localizado na região central da cidade. No mesmo carnaval, conheceu o Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Vai-Vai, se encantou e atuou como membro e diretor na escola por mais de uma década, até que a repressão se intensificou e as tensões raciais se acentuaram no cenário do samba.

¹¹*The Significance of Theory (O Significado da Teoria).*



Segundo os arquivos do Dossiê do DEOPS/SP, havia um exercício em curso de aproximação de grupos políticos de esquerda dos espaços das escolas de samba, vejamos o relato de um militar infiltrado: “A par do surgimento do movimento ‘Black’ em São Paulo, surgem vários indícios. Assim consta que tem sido desenvolvido proselitismo junto às Associações Negras e Escolas de Samba, entre as quais a de Casa Verde.” Tais evidências são descritas na narrativa testemunhal de Neninho de Obaluaê:

Naquele tempo não havia quadras de samba e os ensaios ocorriam nas ruas, geralmente acabando pela intervenção da polícia, que já chegava espancando a todos, menos as crianças, que eram utilizadas, por serem mais velozes que os adultos, para porem a salvo os instrumentos que, se pegos, seriam danificados e confiscados. E, aí, adeus Carnaval. (Obaluaie, 1999, p.44)

Sua história não começa no cárcere, mas passa por ele após conceder a fatídica entrevista no ano 1973 ao referido jornal, as perseguições, torturas e acusações se intensificariam. Conforme ele demonstra nos depoimentos registrados em sua autobiografia, quando o antropólogo convidado para entrevista fez questão de advertir: “Se cuidem lá em São Paulo, pois choverá chumbo!” (Idem, 1999, p.50) Com exatidão infeliz na previsão, Neninho constatou nos ossos as gotas ácidas de chumbo, ao que nos relata na página seguinte:

Não demorou muito e eu percebi na pele o que tinha sido dito pelo antropólogo: começaram as perseguições. Eu me via constantemente assediado, em minhas andanças noturnas, por grupos “civis” e militares, chegando até ser detido e encapuzado algumas vezes, mas após algumas voltas de carro, ameaças e coerções, era solto. Tudo muito óbvio. (Ibidem, 1999, p.51)

Após intentos de terror, Neninho fora detido por alguns dias, “coincidentemente”, durante a mesma semana que foi publicada a entrevista compartilhada e cedida ao Pasquim, sob alegação de ter sido cúmplice de um assalto. Após o depoimento não confesso sobre o crime no cartório fora liberado. E segundo ele, seu processo desapareceu e por isso teria sido orientado pelo advogado que o acompanhou para deixar pra lá, pois o processo havia passado do prazo e perdera a validade.

Tempos depois ao acompanhar uma namorada na delegacia, entrou em atrito com o escrivão e teve sua documentação confiscada. Quando foi informado que havia sido condenado à revelia, recebeu imediatamente voz de prisão sob condenação de seis



anos e quatro meses de reclusão e aí que sua história é atravessada pela Casa de Detenção de São Paulo.

De certa forma, a cadeia o livrara da morte. Quase que diariamente os jornais traziam manchetes com “presuntos” estampados, esses, em sua maioria, não tinham origem abastada, tampouco frequentavam o seleto grupo de universitários insatisfeitos. Tais critérios, somados ao elemento cor, tornavam vítimas preferenciais dos esquadrões da morte pessoas negras oriundas de regiões periféricas.

Esse número de mortes aumentou após a Polícia Militar entrar na disputa.(...) se para reprimir a oposição política, branca, foram criados órgãos específicos, para reprimir o negro foram criados Esquadrões da Morte, que em cada estado da União tinham nomes diferentes: “Mão Branca”, em Minas Gerais; “Scuderie Le Cocq” e etc. Um detalhe curioso: a maioria dos mortos eram negros e ninguém parecia se aperceber disso, nem a Esquerda. (*Ibidem*, 1999, p. 42)

Cada vez que há um endurecimento, um fechamento político, o negro é atingido diretamente porque todas as suas reivindicações particulares, a exposição de suas ânsias, a valorização de sua história, desde que não sejam feitas segundo os ditames oficiais, cheiram à contestação subversiva. (Costa, 1982, p. 16-17.)

A partir das considerações empunhadas por Costa, é possível comparar com serenidade, o medo vigente, anunciado sob a desculpa da contestação subversiva, ao jamais superado medo do “Hatianismo”. Há temor em relação a qualquer exercício de reivindicação da humanidade, fundamentalmente no que tocante ao acúmulo de condições organizacionais para insurgir e transgredir. Tal manifestação inconfessa, refletida nas deliberações e extensos planejamentos por parte dos operadores das diversas máquinas públicas que controlam e mediam a vida cotidiana das comunidades negras, se refletem de maneira necrótica no cotidiano da comunidade negra em particular.

Ao chegar a cadeia, se deparou com as regras próprias daquele território e sabia que precisava respeitá-las para sair bem. Drauzio Varella, em “Estação Carandiru” (1999), compara as relações entre muros cinzentos, como costuma dizer, ao de uma cidade:

a detenção tem mais gente do que muitas cidades. São mais de 7 mil homens, o dobro ou o triplo do mínimo previsto nos anos 50, quando foram construídos os primeiros pavilhões. Nas piores fases o presídio chegou a conter 9 mil pessoas (Varella, 1999, p.16).



Assim, as “penitenciárias cidades” figuram de maneira explícita, o que se pode constatar extramuros, os direitos fundamentais, sociais, políticos e econômicos, na realidade não correspondem às falhas do sistema democrático de direito, no que tange ao seu dever de tratar de maneira igualitária os seus “cidadãos”. À luz da premissa adotada, referente às práticas de zoneamento e o seu *modus operandi* em rede transnacional de opressão, constatamos que a superlotação dos presídios, bem como à obstrução do acesso de direitos básicos à vida tais como: saúde, educação, trabalho, emprego e renda não acontece necessariamente por ineficácia do sistema. Mas ao contrário, por eficiência de dispositivos inconfessos de dominação e organização social que culminam conseqüentemente em formas diversas e conexas de morte massiva de um povo.

Naquele tempo, tanto quanto hoje, um presídio era local muito perigoso, porquanto continua seguindo a máxima: Treta de vagabundos é resolvida por vagabundos. A polícia só entra para levar o defunto e o outro para a solitária”. Essa é a “Lei do Cão. (...) E morriam mais ou menos uns dez por semana, para uma população de cinco mil detentos – alguns achavam até pouco. (Obaluaê, Neninho, 1999. p. 54).

SUBCULTURAS TRANSGRESSORAS AINDA QUE SENTENCIADAS

*Cada negro que for
Mais um negro virá
Para lutar
Com sangue ou não*

Wilson Simonal

Já inserido forçosamente nesse grande empreendimento industrial carcerário, teve a oportunidade de “morar” em um xadrez de bairro, lá reencontrou colegas e até amigos de infância, em sua maioria músicos e artistas. Juntos, formaram o “Centro de Lutas Netos de Zumbi”. Neninho foi eleito coordenador e, em nome deste, esteve correspondente no jornal do Movimento Negro “Árvore das Palavras”, período que assinou a coluna “Vozes da Prisão” (1975).

O fato de ter podido contar com conhecidos, oriundos dos bolsões da cidade, e, não só, também do universo artístico para impulsionar o Centro de Lutas Netos de

Zumbi, ligado às orientações que o teórico norte-americano Cornel West determinou como imprescindíveis na concepção de um intelectual negro insurgente, dentre outros, elencarei dois. O primeiro versa sobre a necessidade de os intelectuais não se desvincularem das comunidades a que pertencem, assim como a que devem atender no sentido de lhes prestar a competência de seus conhecimentos. Seguido da orientação de que os novos intelectuais insurgentes devem tomar como exemplo essas tradições, cujo mérito está não somente na riqueza de suas realizações artístico-culturais. Mas especialmente no fato de contarem com o suporte da comunidade, a partir do qual a sua força de atuação é ampliada.

Embora as páginas desse artigo não comportem em termos de limites o peso é imperativo destacar que em todas as ocasiões e prisões que esteve Neninho buscou forjar se transgressor e insurgente. Ou seja, desde que se envolveu com o jornal; passou a se debruçar cada vez mais sobre a leitura e a escrita, graças a ela ficou no isolamento por 13 meses, até que saiu em liberdade condicional na véspera do Natal de 1978. Alguns meses depois do ato histórico de lançamento do MNU fora batizado em junho daquele ano. De certa forma, o Centro de Lutas Netos de Zumbi havia participado do ato através de uma carta encaminhada por “Cabritão”, também membro fundador.

Reivindicando ser o único ex-presidiário da executiva do MNU naquela conjuntura; buscou apoio em plenária para integrar-se ao CBA (Comitê Brasileiro pela Anistia), após defender, no congresso da entidade em 1980, a necessidade de estender a anistia a presos comuns, bem como à extinção da tortura. Alegando ser o primeiro a pronunciar a frase: “TODO PRESO PRETO É UM PRESO POLÍTICO”, que se tornara uma palavra de ordem nacional para MNU.

A entidade acolheu e delegou tarefa a dois de seus membros: Prof. Eduardo de Oliveira e Sr. Celso Prudente, cujos mesmos não puderam contar com o apoio do Comitê. Posteriormente, Neninho foi incorporado à delegação de negociação, junto ao professor e ao Senhor Prudente. No entanto, as suas petições foram rejeitadas sob a alegação de que a aceitação da proposta dificultaria o êxito da prioridade que era trazer os exilados de volta ao país.

No regresso ao Carandiru, já estabelecia contatos com pessoas de notória influência social, atentas e engajadas em relação à situação da população carcerária, estavam elas: Ruth Escobar, então presidente da Comissão Parlamentar de inquérito que



tinha por finalidade deslindar a corrupção no sistema penitenciário; e Abdias do Nascimento, ambos deputados, respectivamente estadual e federal. O último conheceu por frequentarem um terreiro em comum, o famoso Ilê Wandembiauaci, de Ogum Xoroquê. Ainda sobre a visita e o contato de Ruth Escobar, Neninho descreve:

Em sua ida à penitenciária do Estado ocasionou um estardalhaço danado. Ela levou todos os presos ao cinema do presídio e solicitou aos guardas que se retirassem e deixassem ela e sua comitiva a sós com os detentos. Ela foi aplaudida de pé pelos presos. Ao que Ruth respondeu irônica: “Pode deixar, a nossa segurança os presos mesmos fazem”, e colocou o guarda pra fora. (Obaluaê, 1999, p. 74)

Transferido para a Penitenciária de Avaré, assim que chegou se inscreveu na escola e lá concluiu o primeiro grau. Passou a frequentar a biblioteca disponível e se associou aos demais frequentadores. Através do rádio fizera um curso de inglês, com muita sagacidade, enviou lhes cartas explicando sua situação e solicitou material de apoio necessário para que pudesse acompanhar as aulas. A solicitação teve êxito e, na ânsia de preencher o tempo ocioso, emendou em um curso de datilografia. Naquela altura, perdera completamente o contato com o MNU e lamentava a ausência do Movimento em um momento que considerou fundamental à organização da população carcerária. Afinal, do cárcere, testemunhou o crescimento da força dos neopentecostais e o refluxo dos cultos de Matriz Africana. Em seguida, acompanhou o surgimento de uma articulação cada vez mais organizada dos presos que logo depois se tornaria a maior facção do país. E viu surgir uma nova e forte expressão cultural e artística que descrevia com ódio e precisão a situação do negro no Brasil: o rap.

“Sua escrita transpira decepção e frustração, reflexo das contradições de sua trajetória, que, como mistura, se fundem em face de alguns capítulos da história das pretensas fases do Movimento Negro organizado na República” (Domingues –2007). Demonstra estar extremamente confuso. Tudo é dramaticamente trágico, uma vez que em com suas palavras descreve o abandono do MNU como o seu maior drama: “*meu grande drama era o fato de que eu não conseguia estabelecer novos contatos com o MNU*” (OBALUAÊ.1999). Por outro lado, já não havia mais espaço para inocência, ainda que jamais tenha registrado ausência de fé e esperança.

Consciente das transgressões e insurgências que representava, depois de quase duas décadas de subvida intra-cárcere, desafiou a morte inúmeras vezes por trazer na



pele a marca profunda da melanina acentuada. Em diversas ocasiões da sua vida, no que tange às relações sociais, da militância, incluindo o cárcere, constatou que a sua tez sempre chegava primeiro do que qualquer outra qualidade que lhe pudesse ser conferida. Aqui ele reflete:

“É um questionamento procedente, para onde vão os negros que delinquem? – Ora, não precisa ser gênio, nem intelectual brilhante, para perceber: vão para o cemitério...”

Outra constatação:

O crime, no Brasil, também é um privilégio de brancos e mestiços. É bastante comum nos presídios brasileiros se ver o branco chegar, como se diz nos presídios, “carregado de cadeia” e dentro de poucos meses sair em liberdade...O fato é que justiça protege os brancos e isso é indubitável (ibidem, p.116).

Após 12 anos, nove meses e 20 dias, Neninho alcançou a liberdade! Liberto daquelas grades, liberto do toque de Libitina, que tocou mais uma centena de homens oficialmente na chacina do dia 2 de outubro, na Casa de Detenção Carandiru - uma das penitenciárias em que cumpriu parte de sua pena. Liberto e com responsabilidade dobrada por retomar a agência física sequestrada, ele se agregou a um grupo de negros que se mostrava disposto à denúncia da seletividade social e racial, através do primeiro Seminário “Sobre Violência Racial”, realizado em 14 de abril de 1994, na Câmara Municipal de São Paulo. Nesta ocasião, esteve na mesa de abertura ao lado de renomados homens públicos incluindo juristas engajados na luta antirracista. Na ocasião falaram sobre o caráter mundial do que concebiam como Genocídio e utilizaram como exemplo as epidemias em Ruanda, destacaram a esterilização da mulher negra como meio de extermínio bem como os numerosos casos de adoções de crianças negras por parte de estrangeiros.

Passados alguns anos, Neninho de Obaluaê publicou o livro que se alinha esse artigo, mais precisamente no ano de 1999. Segundo especialistas, houve uma “explosão” da literatura de cárcere entre os anos 1964 e 1985, a exemplo dos livros “Cartas de Prisão”, de Frei Beto (1971), “O que é isso, companheiro?” de Gabeira (1979), entre outros que expressavam para além de narrativas testemunhais, aspirações artísticas frente uma experiência que se denotava quase poética e no mínimo heroica. Mas essas obras dizem respeito às pessoas que passaram pelo cárcere e não as que seguiram no corredor da morte. Neste caso, vale mencionar a prisão estadual Mahanoy,



em Frackville, na Pensilvânia, assim como Mumia AbulJamal, que em pouco mais de três décadas de reclusão publicou mais de oito obras. Tampouco tiveram anistia negada e perseguição reafirmada conforme situação de AssataShakur. Ou mesmo, cumpriram quase duas décadas em regime fechado como Neninho de Obaluaê. Diante desse quadro globalizado de cerceamentos, medo e terror, que aqui optamos por reafirmar ser orientado pelo controle e criminalização da pobreza. Lorenzo Komboa afirma que:

Negros (ou Africanos nas Américas) são colonizados. A América é uma pátria com uma colônia interna. Para os Africanos na América, a nossa situação é de opressão total. Nenhum povo é verdadeiramente livre até que possa determinar seu próprio destino. O nosso status é de cativo, de colonizados oprimidos, algo que deve ser destruído, não apenas esmagando o racismo ideológico ou a negação de direitos civis. Na verdade, se não for esmagada a situação de colônia interna primeiro, isso significa a probabilidade de uma continuação desta opressão de outra forma. Precisamos destruir a dinâmica social de uma existência muito real da América sendo feita por uma nação branca opressora e nação Negra oprimida. (Komboa, p.39, 2015).

Desse modo, a obra de Neninho não chegou com atraso, chegou há tempo e no tempo certo! Antevê os desafios colossais que seriam enfrentados pelos movimentos negros, já no início do Séc. XXI (movimentos no plural, pois já não mais correspondiam à unidade da sigla da organização que ajudara a fundar). “Beco Sem Saída”, não é uma obra conjuntural, não fala de um momento pretérito, mas de uma condição coletiva experimentada por centenas de milhões de afrodescendentes pelo mundo. Aliás, condição esta, que nenhuma pessoa negra está isenta de experimentar, se considerarmos as redes de opressão transnacional que tem se configurado em necropolítica¹² imputada contra povos subalternizados. A narrativa testemunhal deslocada aqui não é passível de cordialidade, tampouco de diálogos sob tratos eufemistas. Há quem diga que a poesia e a política são demais para um só homem. Nesse caso, a referência não parece incluir intelectuais negros insurgentes do subterrâneo das subculturas. Assim como Neninho de Obaluaê, estes devem discorrer sobre aqueles que gozam de prazo para começar e parar de lutar. Essa Literatura de Cárcere, de cunho testemunhal, vem por meio deste artigo tornar o máximo de leitores testemunhas desta versão da história.

¹² Necropolítica de espécies trata-se de uma reinterpretação pós-humanista e ancorada nos *animal studies*, do conceito de necropolítica do filósofo camaronês AchilleMbembe. Para Mbembe, necropolítica é a política como trabalho de dominação e morte, que visa o aniquilamento do lugar, a exclusão de direitos do outro sobre o próprio corpo e a sua destituição como sujeito político. A morte seria, nesse caso, a animalização racial e cultural do outro, para a manutenção da vida daquele que controla e domina.



A HETEROGENEIDADE DA MILITÂNCIA NEGRA FRENTE AOS DESAFIOS DA ÉPOCA

Em linhas gerais, a pesquisa propõe por intermédio da análise biográfica de Neninho de Obaluaê ressaltar o controle e o terror impresso pelo Estado sobre a militância negra. Paralelamente aponta para a heterogeneidade dos movimentos, no que diz respeito à entrada de diversos setores da sociedade civil. Ou seja, as estratégias cunhadas pelo mesmo com vistas à participação política no cenário nacional.

Segundo jornal *Nêgo*, em abril de 1988, já explicitava as petições e a união de setores distintos do Movimento Negro Unificado (1978). Segundo o jornal, os dissabores da supressão dos direitos fundamentais, sobretudo com o AI-5, reuniram trabalhadores urbanos e rurais. Favorecendo o aparecimento de greves por melhores condições de trabalho, salários justos e a reforma latifundiária. O interessante é que o veículo integra diferentes extratos da sociedade, tais quais: políticos, parlamentares, estudantes, intelectuais, artistas, mulheres, nações indígenas e homoafetivos. Todos estes setores estariam buscando a liberdade de expressão, associação e manifestação. Desse modo, o periódico *Nêgo* relata que a opressão racial e social favoreceria a união de forças contra a violência sócio-econômica, contra o racismo e a valorização da cultura negra. Fato era que o próprio Movimento Negro Unificado nasceu da morte de um operário negro em São Paulo, no dia 7 de julho de 1978. Robson Silveira da Luz fora preso e torturado numa delegacia de polícia na capital paulista. Então, no dia 7 de junho, o Movimento Negro Unificado se reuniu nas escadarias do Teatro Municipal com 3.000 integrantes e protestaram contra a morte do operário. Além disso, o jornal declarou que o protesto incluía a denúncia contra o desemprego, a falta de moradia e a violência policial. Ao debruçarmos sobre o discurso do jornal identificamos a proposta de heterogeneidade participativa do movimento, ou mesmo, enquanto direcionamento à diversificação na atuação. Ou seja, ao compartilhar sua bandeira com setores como: partidos políticos, universidades e igrejas de vários credos atuou no sentido de promover a expansão da agenda racial, para além do próprio grupo. A partir dos encontros regionais e congressos nacionais nos seguintes estados: São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do



Sul, os quais se ajustavam aos objetivos de trazer a agenda dos movimentos para o centro das discussões nacionais. De acordo com “Jornal Negô”:

Tudo com vistas a fortalecer a politização das entidades negras e fazer o Movimento mais forte. A questão da discriminação racial e do racismo foi colocada de canto a canto neste país. Partidos Políticos, Universidades e até Igrejas, de vários credos, foram obrigados a discutir a questão na perspectiva do Movimento Negro (Jornal Nêgo, 1988, p.2).

No que tange à participação política, podemos constatar a participação da militância negra nas eleições (1982) para Câmara Municipal dos Deputados na Assembléia Legislativa de São Paulo, a partir da candidatura de militantes negros, comprovou que o Partido Social Democrata (PSD) lançou 3,0% das candidaturas que figuravam políticos negros. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) somava 4,9% candidatos negros, enquanto que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) incorporou 8,2% dos candidatos negros. Em comparação com os demais partidos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) lançou 4,3% dos candidatos e o Partido dos trabalhadores (PT) 5,2% dos candidatos negros (RIOS, 2014, p.99). Adam Prezworski (1985) postula que “enquanto uma competição democrática oferecer a vários grupos uma oportunidade para melhorar alguns de seus interesses a curto prazo, qualquer partido político que procura mobilizar os trabalhadores deve valer-se dessa oportunidade” (Prezworski, 1985, p.45).

Ou seja, é a partir do MNU que as “organizações negras” direcionam sua agenda em parceria com diferentes entidades da sociedade civil. Além das legendas partidárias, Guimarães examina que mudanças na postura do Estado irão promover a entrada de ONGs e instituições filantrópicas no leque das opções para atuação dos movimentos negros. Na percepção do intelectual, este envolvimento se faz pela reestruturação dos aparelhos governamentais, com ênfase no desmantelamento do antigo Estado nacional-desenvolvimentista e o nascimento do Estado neoliberal. Doutra forma, as reformas dos serviços sociais contribuíram para expulsão dos conflitos condizentes a redistribuição da riqueza, bem como a assistência e o atendimento da população ficaria a cargo das parcerias entre Ongs e as empresas privadas (Guimarães, 2006). A entrada das ONGs negras na mirada brasileira, a seu ver, converge para a terceirização dos serviços sociais, sobretudo aqueles que dizem respeito à educação, saúde, lazer e advocacia de direitos

humanos. Nesta variedade de organizações sociais desponta a atuação de profissionais com ensino superior, autônomos ao Estado, ligados as grandes fundações internacionais, igrejas e instituições do direito privado (Guimarães, 2006, p.27).

Santo constatou que as organizações não-governamentais negras são produto de rupturas de outras organizações negras de base filiativa, redes específicas de organizações ou outras ONGs. Neste ponto, o autor enxerga a peculiaridade dos movimentos negros, qual seja, a história da Fala Preta! (1997) e do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (CEAP) (1989). Sob sua visão, a primeira surgiu de uma ruptura interna do Géledes e o segundo abrigou e fomentou inúmeras iniciativas que resultaram em organizações negras, como no caso da ONG Criola (1992), ou organizações de inspiração cultural e de bairro, como o Grupo Cultural AfroReggae (1993), ambos do Rio de Janeiro. Esta base ampla e heterogênea conforma a separação dentro dos movimentos negros. Desse modo, os filiados são oriundos das mais diversas fontes: igrejas, partidos, movimentos sindicais, movimentos feministas e organizações de base e moradores. Em linhas gerais, para Santos, o movimento surge a partir de rupturas em sua base, ou mesmo, muitas organizações nascem a partir de “rachadura” de outras organizações. A seu modo, esta seria uma forma de crescer e o impulso para formação de outros movimentos negros seria o conflito interno (SANTOS, 2008, p.13).

Outro modelo de organização dos movimentos negros recai sobre o recorte de gênero, ou seja, as organizações das mulheres negras: Aquatune, Nizinga, Mulheres Negras, Mulheres Negras da Baixada Santista, Mãe Andresa, Centro de mulheres de Favela e Periferia, Mulheres Negras do Espírito Santo, Maria Mulher, Mulheres Negras de Belo Horizonte, Geledés, Comissão de Mulheres Negras, Coletivo de Mulheres Negras (Salvador/BA), Coletivo de Mulheres Negras (Brasília/DF) e Criola (RIOS, 2014, p.145).

Por último, no leque das entidades civis e religiosas podemos salientar: o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), Comissão Pró-associação do Conselho Nacional do Direito da Mulher, Movimento Negro Unificado (MNU/PE), Fundação Afro-brasileira (FUNDABRAS), Casa da Cultura Afro-Sergipana (CCAS), Federação dos Cultos Afro-brasileiros e Umbanda de Sergipe (FCABUS), União dos Negros de Sergipe (UNA),

Associação dos Moradores de Aracaju (AMANOVA), Grupo Negro Filho de Zambí, Movimento Negro Unificado (BA), Sociedade Comunitária OJÚ-OBA, Bloco Afro Muzenza, Bloco Afro Orunmilá, Afoxé Ojú-obá, Conselho das entidades negras (RIOS, 2008, p.121).

No cômputo geral, as organizações negras preditas evidenciam o enraizamento da militância em distintos setores e seu alcance na sociedade. Doutro modo, a apresentação de parte dos movimentos sociais negros ratifica as diferentes agendas dentro do próprio grupo. Em simetria, corrobora à biografia de Neninho de Obaluaê, quanto aos percalços dos militantes negros na luta contra opressão racial, sexual e social. Desta maneira, a revisitação biográfica auxilia na apreciação dos mecanismos de controle e poder perpetrados pelo Estado e a mídia. No que tocante à formação do consciente coletivo a respeito dos corpos negros.

Neste sentido, a ideia do biopoder gestado em Giorgio Agamben elucidada a contenção, fiscalização reprodutiva e “manutenção da ordem” em face à identidade negra. Doutra maneira, o Estado de Exceção impresso na ditadura militar expôs a vida nua dos sujeitos e a ação do poder soberano sobre seus súditos. Neste caso, a supressão das garantias constitucionais revela o estado de ausência de direitos aos não-cidadãos. Diante desta lógica, o *homo sacer* se constitui uma esfera do controle e vigilância constante do Estado, bem como os campos de concentração se faz em territórios pauperizados, guetos, presídios e acampamentos. O não-lugar, a ausência do poder público e a sonegação de direitos são características do biopoder, não só em tempos remotos, mas também nos dias de hoje. O parcelamento da vida e a morte legítima dos inimigos do Estado, sancionada pela autoridade constituída, se tornam mecanismos legais em regimes democráticos e totalitários (Agamben, 2002).

Em última instância, cabe aos movimentos sociais identitários a luta pela conquista e permanência de direitos previamente acordados no pacto entre soberano e súdito. Por isso, cabe aos movimentos negros o embate não só quanto às questões raciais, mas também seu papel fundamental na agremiação de outras bandeiras. Por exemplo; a diversidade sexual, gênero, categorias profissionais, partidos políticos e outros. Ademais, sob o prisma dos direitos humanos, os movimentos sociais têm função primordial para análise e implementação da cidadania. A sua participação em fóruns,

universidades e a partir da democracia deliberativa permite o equilíbrio das relações de força e a substancialidade das garantias fundamentais.

Por isso, se faz necessária a revisitação quanto à vida de Neninho de Obaluaê, ou seja, ao delinear sua trajetória descortinamos particularidades que vão do microcosmo, até ao macrocosmo que se impõe aos sujeitos na pós-modernidade. Em outros termos, todo preso é um preso político, este *modus operandi* explicita que ser um preso negro é representar a coletividade de indivíduos que vivem artificialmente livres, bem como sob os imperativos do poder público e rivalizando com este em direção à sua existência.

*Enquanto você honra nossos
antepassados e antepassadas, eu lhe
peço que vocês todos honrem nossos
heróis em vida.*

AssataShaku

REFERENCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. 207p.
- ASSANTE, MOLEF KETE. Afroncentricidade . *Afrocentricit International*, Philadelphia, 2014.
- BARROS, José de Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- EDGAR, Andrew & SEDWICK, Peter. *Teoria Cultural de A a Z*. conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 9ª ed., Petrópolis: Vozes, 1991.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Global Editora. 1933.
- GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003
- HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. – 7. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002. _____ *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. 1 ed. Atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- HOOKS, Bell. *Ensinando A Transgredir - A Educação Como Prática da Liberdade*. Martins fontes, 1995, São Paulo.
- KOM'BOA, Lorenzo. *Anarquismo e a Revolução Negra*. Sunguilar, 2015, Brasil.



KÖSSLING, Karin Sant'Anna. *As lutas Anti-racistas de Afro-descendentes sob Vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação de História Social da Universidade de São Paulo, 2007.

LOPES, Ricardo Ferraz Braida. *Estudo Sobre a Literatura de Cárcere: a liberdade de um discurso*. Dissertação de Mestrado. Universidade federal de Juiz de Fora. Minas gerais, JF, 2014.

MBEMBE, Achile. *Crítica da Razão Negra*. Portugal, Antígona Editores 2014.

MOORE, Carlos. *Racismo E Sociedade*. Novas Bases Epistemológicas Para Entender O Racismo. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabenguele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Identidade Nacional Versus Identidade Negra. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil Na Mira Do Pan-Africanismo*. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Pan-Africanismo na América do Sul*. Emergência de uma Rebelião Negra. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 1981.

OBALUAÊ, Neninho de. *Beco Sem Saída - Eu Vivi no Carandiru*. Editora: Rosa dos Tempos, 1999, São Paulo.

PREZWORSKI, Adam. *Capitalism and Social democracy*. Studies in Marxism and Social democracy. Local, Cambridge University Press, 1985.

RIOS, Flávia Mateus. *Elite Política Negra no Brasil*. Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

RIOS, Flávia Mateus. *Institucionalização do Movimento Negro no Brasil contemporâneo*. Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Épuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres* Editora Global Rio de Janeiro 2004

WEST, Cornel. *Questão de Raça*. Companhia das Letras, 1985, São Paulo.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*, Companhia das Letras, 1999, São Paulo.

Referências Eletrônicas

Comissão da verdade do Estado de São Paulo. *Perseguição à População e ao Movimento Negro*. São Paulo, SP. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Perseguciao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf Acesso em 27 de Janeiro de 2018.

Brasil De Fato. *Assata Shakur Torna-se a Primeira Mulher Caçada Pelo FBI Como Terrorista*. São Paulo, SP. Disponível em : <https://www.brasildefato.com.br/node/12925/> Acesso em 27 de Janeiro de 2018.



Revistas UFRJ. Achile Mbembe *Necropolítica*. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em 28 de Janeiro de 2018.

Nexo Jornal. *Quem Foi Stevie Biko e Como Ele Se Tornou Um Ícone Contra o Apartheid*. São Paulo. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/09/12/Quem-foi-Steve-Biko-e-como-ele-se-tornou-um-%C3%ADcone-contra-o-apartheid>. Acesso em 28 de Janeiro de 2018.

Sayonara Amaral. Tabuleiro de Letras. *Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens*. Universidade do Estado da Bahia. Mv Bill – O Intelectual Negro Nas Esferas da Insurgência. Bahia. Disponível em: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_01/pdf/artigo_vol01_08.pdf. Acesso em 29 de Janeiro de 2018.

Convenção Nacional do Negro Pela Constituinte, 1986. Disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONVENÇÃO%20NACIONAL%20DO%20NEGRO%20PELA%20CONSTITUTINTE%201986.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

Márcio André de Oliveira dos Santos. A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: transformações e novos desafios institucionais. In: *Congresso Internacional Brazilian Studies Association – BRASA*. New Orleans, 2008. Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Marcio-AndreSantos.pdf. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2018.

Petrônio Domingues. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

Jornal Negô. *Contra a industrialização da vida*, N.º 0 (2), 1986. Disponível em: <http://culturadigital.br/mnupe/2017/04/27/sim-da-vida-boletim-especial-doceap/sim-da-vida-no0-2/>. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2018.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Depois da democracia racial. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a14v18n2.pdf>. Acesso em: 03 de Fevereiro de 2018.

*Recebido em janeiro de 2018
Aprovado em março de 2018*